

TJPE  
Fls.  
161  
162

**QUARTA CÂMARA CÍVEL**

**Embargos de Declaração no Agravo no AI nº** 0331668-1

**Embargante:** Companhia Energética de Pernambuco - CELPE

**Embargado:** José Valdevino da Silva

**Relator:** Des. Eurico de Barros Correia Filho

**Acórdão**

**PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DECLARATÓRIOS NO AGRAVO LEGAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO CONSTITUTIVA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO, COM PEDIDO DE OBRIGAÇÃO DE NÃO FAZER E INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. LIMINAR DEFERIDA PARA IMPEDIR A SUSPENSÃO DO FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA DA RESIDÊNCIA DO EMBARGADO, BEM COMO A NEGATIVAÇÃO PERANTE OS CADASTROS DESABONADORES. PRESENÇA DOS REQUISITOS LEGAIS. INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 273 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. MANUTENÇÃO DA DECISÃO À UNANIMIDADE DE VOTOS.**

**1** - O magistrado não está adstrito aos liames legais estabelecidos pela parte em seu recurso, uma vez que pode arrimar seu convencimento em posicionamento legal no seu livre entender. Não se considera protelatório os embargos de declaração com manifesto propósito prequestionador (Súmula 98 do STJ).

**2** - A ausência de indicação específica quanto ao dispositivo legal invocado com o fundamento da convicção do julgador não implica, necessariamente, em omissão apta a ensejar o provimento de embargos de declaração;

**3** - O recurso de embargos de declaração possui estreita via de conhecimento, devidamente estabelecida no art. 535 do CPC, cingindo-se a ocorrência de omissão, contradição ou obscuridade. Inexistência de quaisquer das hipóteses no caso em apreço. Recurso conhecido para fins de prequestionamento, contudo, negado provimento.

**ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Egrégia Quarta Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, à unanimidade, em **NEGAR provimento** aos embargos de declaração opostos pela **Companhia Energética de Pernambuco - CELPE, conhecendo-os, porém, para fins prequestionadores**, tudo conforme relatório e votos em anexo, devidamente revistos e rubricados, que passam a integrar este julgado.

Recife, 25 de setembro de 2014.

  
**Eurico de Barros Correia Filho**  
**Desembargador Relator**



**QUARTA CÂMARA CÍVEL**

**Embargos de Declaração no Agravo no AI nº 0331668-1**

**Embargante:** Companhia Energética de Pernambuco - CELPE

**Embargado:** José Valdevino da Silva

**Relator:** Des. Eurico de Barros Correia Filho

**Relatório**

A Companhia Energética de Pernambuco - CELPE interpôs os presentes aclaratórios em face do acórdão proferido nos autos do recurso de agravo encartado nos autos, pugnano pela apreciação para fins prequestionadores da seguinte legislação: princípio da legalidade (art. 5º, II), da razoabilidade e proporcionalidade, art. 2º da CF/88, bem como o art. 333, I do CPC; art. 186, 188, I, 884, 886, 927 do CC; art. 3º, XIX da lei 9.427/96; art. 42 do CDC; art. 6º, §3º, I e II, art. 10 da lei 8.987/95; ART. 37, 72, IV, 73 e 90, I, 91, I, todos da Resolução 456/2000 da ANEEL.

Ao final, pugna para que sejam acolhidos os presentes embargos, a fim de que os dispositivos acima citados sejam expressamente pronunciados, destacando o caráter exclusivamente prequestionador dos aclaratórios.

É o relatório.

Recife, 25 de Setembro de 2014.

  
Eurico de Barros Correia Filho  
Desembargador Relator

**QUARTA CÂMARA CÍVEL**

**Embargos de Declaração no Agravo no AI nº** 0331668-1

**Embargante:** Companhia Energética de Pernambuco - CELPE

**Embargado:** José Valdevino da Silva

**Relator:** Des. Eurico de Barros Correia Filho

**Voto**

Sem qualquer intenção de promover maiores delongas no julgamento dos presentes aclaratórios, destaco inicialmente a evidente ausência, na hipótese, de fundamentos quanto à verificação ou não dos vícios previstos no art. 535 do CPC.

Com efeito, esta relatoria não está obrigada a refutar expressamente todos os dispositivos legais e argumentos que fundamentam as razões do embargante, mas como determina a norma processual, expor os fundamentos no qual firmou sua convicção, sendo necessário destacar que no presente procedimento nem sequer existiu renovação das alegações da peça apelatória, não trazendo aos autos nada que embasasse o argumento de omissão ou apreciação de dispositivos ou argumento aduzido.

Com efeito, os presentes aclaratórios não devem ser acolhidos, posto não haver qualquer omissão ou qualquer daquelas mazelas do art. 535 do CPC.

Em verdade, a decisão atacada delimitou todos os pontos necessários de forma clara e objetiva, tal circunstância pode ser configurada em vista do inteiro teor da decisão recorrida.

Posto isto, **conheço dos embargos para fins prequestionadores**, contudo, **NEGO PROVIMENTO** aos presentes aclaratórios.

É como voto.

Recife, 25 de setembro de 2014.

**Eurico de Barros Correia Filho**  
**Desembargador Relator**